

Projeto do

**I PLANO NACIONAL
DE DESENVOLVIMENTO
1972/74:**

comentários e editoriais

Projeto do

**I PLANO NACIONAL
DE DESENVOLVIMENTO**

COMENTÁRIOS E EDITORIAIS

SETEMBRO DE 1971

SUMÁRIO

	<i>Páginas</i>
MÉDICI: BRASIL SERÁ UM DOS GRANDES NUMA GERAÇÃO (<i>O Globo</i> , 16/9/71)	5
APRESSANDO O FUTURO (<i>Correio Brasiliense</i> , 17/9/71)	7
CARTA DE DESENVOLVIMENTO (<i>Jornal do Brasil</i> , 17/9/71) ..	9
DESENVOLVIMENTO E ESTABILIDADE (<i>Jornal do Brasil</i> , "Coluna do Castello", 17/9/71)	11
ACEITANDO O DESAFIO DO CRESCIMENTO (<i>O Estado de</i> <i>São Paulo</i> , 17/9/71)	13
PLANO DA REVOLUÇÃO (<i>O Estado do Paraná</i> , 17/9/71)	15
CARTA DE INTENÇÕES DO GOVERNO (Omer Mont'Alegre, <i>Boletim Cambial</i> , 18/9/71)	17
ESTRATÉGIA BRASILEIRA (<i>Diário de São Paulo</i> , 18/9/71)	21
IMPULSO DECISIVO (<i>Estado de Minas</i> , 18/9/71)	25
O MODÉLO BRASILEIRO (<i>Fôlha de São Paulo</i> , 18/9/71)	29
PLANO DE DESENVOLVIMENTO (<i>Jornal do Commercio</i> , 18/9/71)	31
PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (<i>O Jornal</i> , 18/9/71)	33
DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS (Heron Domingues, <i>Diário de</i> <i>Notícias</i> , 19/9/71)	35
VISÃO DA SEMANA: CONSOLIDAÇÃO NACIONAL, INCER- TEZA INTERNACIONAL (<i>O Estado de São Paulo</i> , "Coluna Atualidade Econômica", 19/9/71)	37
DESENVOLVIMENTO (<i>Diário de Notícias</i> , 20/9/71)	39
OPÇÃO E TÉCNICA DE DESENVOLVIMENTO (<i>Jornal do Brasil</i> , "Coluna do Castello", 20/9/71)	41

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO PARA 1972-1974 (E. Cezar de Carvalho, <i>Jornal do Commercio</i> , 20/9/71)	43
A OPÇÃO BRASILEIRA (<i>Gazeta Mercantil</i> , 21/9/71)	49
O GRANDE SALTO (Theophilo de Andrade, <i>O Jornal e Correio Brasiliense</i> , 21-23/9/71)	51
AS PEÇAS DO MODELO ECONÔMICO (Revista <i>Veja</i> , “Coluna Economia e Negócios”, 22/9/71)	55
CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO (João Muniz de Souza, <i>Jornal do Brasil</i> , 26/9/71)	57

MÉDICI: BRASIL SERÁ UM DOS GRANDES NUMA GERAÇÃO

O Presidente Médici encaminhou ontem, ao Congresso, acompanhado de mensagem, o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento — uma definição, em sentido global, da estratégia do desenvolvimento brasileiro capaz de assegurar a continuidade do crescimento e a consolidação de uma economia moderna. Baseada na experiência de transformação do País a partir de 1964, a estratégia — denominada Modelo Brasileiro de Desenvolvimento — apresenta três objetivos: colocar o País, no espaço de uma geração, entre os grandes; duplicar, até 1980, a renda *per capita* e elevar a economia em 1974 a um crescimento anual de 8 a 10%. Entre as muitas realizações, a estratégia compreende a atuação eficiente do Governo em tôdas as faixas da administração e a mobilização mais intensa do sistema financeiro, de que serão instrumento os programas de integração social. O plano vai garantir mais recursos para a Educação e também para desenvolvimento da indústria.

(O Globo, 16 de setembro de 1971.)

APRESSANDO O FUTURO

No dizer do Ministro Reis Velloso, do Planejamento, o Plano de Desenvolvimento Nacional entregue à apreciação do Congresso é, mais que um projeto, a diretriz básica de Governo e sua filosofia administrativa. No documento, cuja importância ressalta de uma análise perfunctória, sente-se um Governo que sabe o que quer e que sabe para onde vai, pois é êle mesmo que traça os caminhos; sente-se um Governo consciente de sua missão, dos problemas que afligem o País e seu povo, do tempo em que vive e da evolução dos tempos.

É ambicioso o plano governamental, pois pretende comprar o ingresso para a Nação brasileira no fechado clube das grande potências econômicas, não do dia para a noite, mas de maneira crescentemente gradual, constituindo a primeira meta ultrapassar, até 1974, a barreira dos 500 dólares *per capita* e passar, do nono para o oitavo lugar, na lista dos países ocidentais de maior nível global do Produto Interno Bruto.

É de se notar que ao crescimento gradual da economia corresponderá o decréscimo também gradativo da taxa inflacionária, comprovada que está a tese ser possível o desenvolvimento dentro do ordenamento financeiro e do combate à inflação. E êste prosseguirá, embora não tão velozmente como o desejariam as economias domésticas, sobretudo as de todos quantos vivem de salários, mas num ritmo que, situado entre dois e três por cento ao ano, nos permitirá chegar ao fim da presente década à almejada estabilização monetária.

Não menos importante é a meta a atingir no campo da Expansão do Emprego, que pretende atingir a taxa de 3,2% ao ano. O desemprego é um dos fantasmas que assombra o mundo em explosão demográfica. Vem sendo, igualmente, uma das grandes dores de cabeça de governantes e sociólogos brasileiros, uma vez que o Brasil é um dos países onde a população aumenta mais rapidamente. Pretende o Governo oferecer uma

porcentagem de empregos mais alta que a do crescimento demográfico revelada no último recenseamento, o que propiciará a gradual redução da legião dos desempregados.

O Plano Nacional de Desenvolvimento atenta para todos os setores nevrálgicos da problemática brasileira, procurando encurtar os prazos para se atingir o grande objetivo do bem-estar do povo, individual e coletivamente. Segundo o Ministro Delfim Netto revelou na Comissão de Economia do Senado, a finalidade precípua da política governamental é promover o desenvolvimento no menor prazo possível. Nessa premissa se resumem as metas do plano, ambicioso mas viável, por estar sedimentado numa ação administrativa que vem alcançando sucessivas vitórias em todos os terrenos. É ambicioso mas não mirabolante. É viável e vai ser realizado, para representar um salto para dentro do progresso.

Como não podia deixar de ser, o Plano Nacional de Desenvolvimento gira em tórno da integração nacional, com significado primordialmente econômico-social, destinando-se, do ponto de vista da demanda, a criar mercado interno capaz de manter crescimento acelerado e auto-sustentável e, do ponto de vista de produção, a permitir a progressiva descentralização econômica. Por isso, estabelece pólos regionais no Sul e no Nordeste, de sentido integrado agrícola-industrial, assim como no Planalto Central e na Amazônia, de sentido agrícola-mineral. Prevê remédios adequados para as diferentes mazelas. Nas regiões mais desenvolvidas fixa-se uma política de consolidação de desenvolvimento; nas mais atrasadas, incutem-se elementos que atuem como fermento do progresso; nas inabitadas, abrem-se os primeiros caminhos de ocupação e exploração.

Nada, no Plano governamental, exsuda pessimismo. Ao contrário, tudo transpira otimista confiança nas possibilidades do País, nas suas potencialidades, físicas e humanas, sobretudo nestas, que são a base de todo o progresso. Por isso a educação e a cultura merecem lugar de destaque, com o desenvolvimento dos projetos já em início de execução.

A simples leitura do Plano Nacional de Desenvolvimento revela que já está longe a fase em que os Velhos do Restêlo — eternos condoreiros da desgraça e da descrença — só viam o caos diante dêste País, que no dizer de um estadista, é maior que o caos. Hoje, a Nação vê um futuro de grandeza, que lhe advirá do trabalho e do esforço ordenado e precinizado no plano governamental de desenvolvimento.

(*Correio Brasiliense*, 17 de setembro de 1971.)

CARTA DE DESENVOLVIMENTO

O Brasil já tem um documento de base para realizar de maneira ordenada a política nacional de desenvolvimento. Em 60 páginas, o Governo define em linhas gerais os campos e objetivos que compõem o Plano Nacional de Desenvolvimento, “com as concepções e meios para consolidar uma economia moderna.” O Chefe do Gabinete Civil e o Ministro do Planejamento levaram pessoalmente ao Congresso o trabalho que completa o quadro de instrumentos preparados para conduzir o desenvolvimento econômico e social de forma disciplinada.

Depois do Orçamento Plurianual e da proposta orçamentária para 72, o País entra numa fase em que já pode realizar programadamente a aplicação de recursos, sem correr o risco de ser apanhado em flagrante de falta de previsão. O programa de mão-de-obra é indispensável à aceleração industrial, que vai reclamar especialização. Não seria possível preparar gente para o trabalho especializado sem reduzir a taxa de analfabetismo. Por isto, o MOBRAL é citado no PND com responsabilidade quantificada: até 74, deverá abater 2 milhões na população analfabeta, na faixa entre 15 e 35 anos.

O documento apresenta as definições fundamentais e com elas oferece uma visão do que o Governo considera sua responsabilidade no processo de desenvolvimento. A estratégia do plano assenta na experiência e na transformação que resultaram dos rumos tomados em 1964. Como o PND tem prazo de duração até 74, destina-se a abranger com coerência todo o decênio que começou com a luta prioritária contra a inflação e se coroa com o salto de desenvolvimento, a ser medido na própria renda *per capita*, prevista — com base nos números que espelham o esforço nacional — para dobrar durante esta década.

Uma das faces da ação programada se volta para a exportação de produtos manufaturados e os tradicionais, a fim de que o País possa se aproveitar do aumento do comércio mundial. As oportunidades oferecidas pelo comércio internacional são grandes e servem para ampliar a capaci-

dade de competição de nossa indústria, cuja modernização nos integra na disputa do mercado. Noutra nível de considerações, está dito no PND que o objetivo final é tirar partido dos recursos humanos e da nossa dimensão continental, que reclama igualmente uma estratégia regional para assegurar a integração nacional. Não são apenas palavras: é uma tomada de posição, a ser seguida de providências objetivas.

Os principais campos em que se refletirá o empenho governamental já vinham sendo atacados, mas o PND facilita a visão panorâmica e a percepção clara dos objetivos: siderurgia, petroquímica, construção naval, energia elétrica, estradas, comunicação. O resultado pretendido é abrir a parcelas crescentes da população a participação nos frutos do desenvolvimento, através da geração de oportunidades de trabalho e especialização técnica. Como documento de definição, pode orientar igualmente o Congresso e a opinião pública, no acompanhamento atento e interessado da ação governamental.

(Jornal do Brasil, 17 de setembro de 1971.)

DESENVOLVIMENTO E ESTABILIDADE

Aos economistas caberá analisar em seu conteúdo o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Aos observadores políticos cabe desde já constatar os efeitos altamente estimulantes desse esforço de fixar objetivos e estabelecer diretrizes. A ação do Governo oferece-se assim coordenada, em perspectivas que absorvem num todo uniforme as diversas providências e os diversos projetos setoriais. As coisas se tornam mais claras e o processo de desenvolvimento mais inteligível aos leigos que são a grande massa da população.

Ao lado da sua utilidade como ordenamento e disciplina do desenvolvimento, o plano funciona, portanto, como aliciador e motivador da opinião pública para um esforço que terá tanto mais êxito quanto mais espontânea e generalizada for a colaboração do País. A nação tende a assumir, com o Governo, a tarefa que assim se torna comum. A escala de grandeza em que se situa a ambição nacional, tal como está definida nesse plano elaborado pelo Ministro João Paulo dos Reis Velloso, libera sem dúvida emoções criadoras que irão favorecer o esforço para que se alcancem cada uma e todas as metas estabelecidas.

Entre os pressupostos apontados para conferir auto-sustentação e caráter integrado ao plano está o da "estabilidade política, para realizar o desenvolvimento sob regime democrático". O Governo volta a definir-se assim por um modelo político coincidente com as aspirações nacionais e afasta a idéia, que se difunde como preconceito enraizado, de que há incompatibilidade entre progresso econômico e exercício das liberdades públicas.

No sintético balanço das realizações da Revolução, de 1964 para cá, afirma-se o caráter construtivo do movimento e por ele pode-se verificar que as atividades políticas jamais foram empecilho à formulação de diretrizes econômico-financeiras corretas e à sua execução. Sob o Governo Castello Branco, depois do curto prelúdio revolucionário, não se suspenderam direitos e garantias para que o Ministro Roberto Campos pudesse

levar a cabo a ordenação das finanças e a racionalização dos métodos de ação da administração pública. Quando novamente irrompeu um surto revolucionário, em outubro de 1965, êle não foi gerado por interferências políticas numa área de comando que o Presidente da República custodiava contra críticas e assaltos de interessados. Foram razões políticas, suscitadas em tórno de sucessões estaduais, e não razões administrativas que produziram o Ato n.º 2.

Sob o Govêrno Costa e Silva, de natureza constitucional e democrático, nem as agitações de rua nem a imaturidade de um grupo de deputados criaram obstáculos ao Ministro Delfim Netto para prosseguir na política financeira anterior, dando-lhe nova dimensão econômica. Em 1968, já o PNB crescia de 9,4% ao ano (segundo a última revisão), como fruto dos esforços governamentais no setor. Em dezembro daquele ano foram novamente questões políticas e a inconformidade da Revolução com atitudes rebeldes do Congresso, tal como acontecera em 1965, que produziram a suspensão dos direitos e garantias e a edição do Ato n.º 5.

As taxas de crescimento de 9 e 9,5% obtidas nos anos seguintes (em 1969 em meio a prolongada crise política) foram o reflexo da *performance* anterior sustentada pela continuação da política econômico-financeira e de seu executor. Poder-se-ia dizer que ambos os atos foram indispensáveis para alcançar uma estabilidade política ameaçada naquelas emergências, mas o fato é que ambos retardaram o advento de uma estabilidade prolongada e definitiva a qual se define pela existência de um estado de direito, em que as relações entre o Estado e os cidadãos se regulam de maneira certa e definida. Acreditamos que essa estabilidade do regime democrático é o pressuposto a que se alude agora nesse importante documento que o General Médici encaminhou ao Congresso Nacional.

Pressuposto e meta, pois os objetivos gerais do plano são os de organizar o desenvolvimento de uma sociedade que deverá ser crescentemente democratizada, no seu quadro econômico, social e político. O documento dá-nos, portanto, a garantia de que os compromissos fundamentais da Revolução de 1964 estão de pé e de que as atividades governamentais, em seu conjunto, conduzem o País no rumo das aspirações que naquele momento identificaram opinião pública e Fôrças Armadas.

(*Jornal do Brasil*, "Coluna do Castello", 17 de setembro de 1971.)

ACEITANDO O DESAFIO DO CRESCIMENTO

O encaminhamento do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) ao Congresso constitui, por si, um ato importante. Reconhece o Poder Executivo a necessidade de pedir a colaboração do Legislativo para decidir sobre as grandes opções que devem orientar a política econômico-social no período 1972-74. Não se pode, naturalmente, esperar que o Congresso examine, em seu aspecto estritamente técnico, um Plano cuja elaboração exigiu meses de trabalho de economistas. Mas é importante que as linhas mestras da política econômica sejam alvo de uma análise crítica por parte dos representantes da Nação.

Não pretendemos analisar, de momento, todos os pormenores do Plano, que exige longo exame. Podemos, porém, avaliar os pontos mais importantes do programa que inspirará a atuação das autoridades, lembrando que, naturalmente, se trata apenas de um plano indicativo, que continua sendo totalmente flexível e que deixa, deliberadamente, ampla margem de liberdade à iniciativa privada, a qual encontrará fortes estímulos governamentais na medida em que seus projetos de expansão se enquadrarem no PND.

Cumprе salientar que se trata de um plano ambicioso. Ao passo que no período 1966-69 crescemos a uma taxa média anual de 7,4%, o documento submetido à apreciação do Congresso prevê o aumento do PIB numa média anual de 8-10%. Mas o que nos parece mais importante é que as autoridades previram maior crescimento dos investimentos do que do consumo: entre 1970 e 1974 o PIB deverá crescer de 41%, o consumo global de 36% e os investimentos brutos fixos de 58%. Convém lembrar que, no consumo global, está incluído não apenas o consumo dos particulares como, também, o dos poderes públicos. O PND esclarece, notadamente, que se procurará elevar o nível de eficiência do setor público, com o fito de permitir crescimento maior do consumo pessoal. Em relação a 1970 — e a preço constante — o PIB *per capita* deverá crescer de 26%, atingindo US\$ 516 a US\$ 598 em 1974. Tal desenvolvimento procurará,

porém, ser qualitativo, acompanhando-se de uma política de redistribuição social e regional de renda (com um programa equivalente a US\$ 800 milhões por ano, durante a vigência do PND).

Quanto aos meios previstos para atingir os objetivos globais, o PND oferece bastantes pormenores. Merece realce a prioridade dada à Educação, sem a qual não haveria progresso qualitativo e aprimoramento humano. O desenvolvimento industrial terá como base os grandes programas (Plano Siderúrgico, Expansão da Petroquímica, Mineração etc.). Em torno desses planos maiores deverão fazer-se investimentos complementares, sob a responsabilidade total do setor privado. O Brasil está preparando-se para ingressar no Clube dos Países Desenvolvidos e, por isso, tem necessidade de incorporar à sua economia os progressos tecnológicos internacionais, bem como de elaborar, em determinados setores, tecnologia própria.

Merece ser assinalado e louvado o grau de importância atribuído às empresas multinacionais capazes de acelerar o programa de expansão das exportações, cujo crescimento anual deverá corresponder à taxa de 10%, sendo de 20% no que diz respeito aos produtos manufaturados.

Essa "meta" mostra que nosso governo continua avêssimo ao jacobinismo estéril e que, ao contrário, aceita e favorece a colaboração do capital estrangeiro, desde que este revele igual espírito de cooperação.

O PND expõe apenas muitos objetivos que já foram definidos e até certo ponto, alcançados nos últimos anos. Representa a condensação de uma política econômica que já está sendo executada, no último triênio, com grande êxito. Nesse sentido o Plano constitui, em parte, um trabalho de consolidação. Com essas características, é correto e realista. Por isso, será fácil, para o Congresso, pronunciar-se sobre uma política que, nos últimos anos, já deu provas de sua objetividade e de sua eficácia.

(O Estado de São Paulo, 17 de setembro de 1971.)

PLANO DA REVOLUÇÃO

Já está no Congresso Nacional o plano que consubstancia as diretrizes para o desenvolvimento brasileiro, no contexto da filosofia revolucionária vigente no País desde 1964. Não é êsse o primeiro trabalho de planificação efetuado sob a égide do regime revolucionário. O PAEG, elaborado sob a inspiração do ministro Roberto Campos, no govêrno Castello Branco, foi a primeira experiência revolucionária nesse campo. Ao plano trienal, seguiu-se um plano decenal, cujas últimas demãos foram dadas, já no govêrno Costa e Silva, por um outro ministro do Planejamento, o senhor Hélio Beltrão.

Mas estava reservado, ao govêrno Emílio Médici e ao ministro Reis Velloso, o papel de consolidadores da obra de planificação revolucionária, levando a programação do desenvolvimento a uma esfera ainda mais ampla, extravassando do campo estritamente econômico para a esfera social.

Como prova, lá está, no Congresso Nacional, o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social documento que sintetiza as diretrizes e metas do govêrno revolucionário para disciplinar a expansão econômica brasileira nos próximos anos, fazendo-a reverter em benefício direto do homem.

A estratégia proposta pelo Plano, segundo as palavras do Presidente Médici na mensagem que acompanha o projeto, “assenta antes de tudo na experiência de crescimento e transformação efetuada a partir de 1964, e representa a projeção, nas próximas etapas, das conquistas econômicas e sociais já alcançadas”.

Não se trata, portanto de um “nôvo” plano. Mas de um plano que aproveita e assimila as experiências de planejamento já encetadas nos anteriores govêrnos revolucionários. Todavia existe uma diferença qualitativa muito importante entre as três etapas da revolução representadas pelos govêrnos Castello Branco, Costa e Silva e Emílio Médici.

Tôda a planificação efetuada pelos inspiradores da política econômica do primeiro governo revolucionário concentrou-se num objetivo prioritário: a estabilidade financeira. Por isso mesmo foi o Sr. Roberto Campos acusado de “monetarista”. Talvez tenha realmente exagerado na dose, sacrificando excessivamente setores tais como o crédito e os salários, submetidos a drástica contenção, mas a verdade é que o tratamento de choque se impunha. A dosagem é que pode ser discutida, mas o remédio era realmente aquêle.

Já no governo Costa e Silva, sob a orientação do ministro Hélio Beltrão, o planejamento passou a ser feito sob um nôvo enfoque. Ganhou maior realce, superada a fase aguda da crise financeira, o objetivo de retomada do desenvolvimento. E, efetivamente, apesar da abrupta interrupção do governo Costa e Silva, o desenvolvimento foi retomado.

No governo Emílio Médici, a necessidade já não era a de retomar o desenvolvimento, mas sim a de mantê-lo e acelerá-lo, o que foi feito nesses dois primeiros anos de gestão, o que é plenamente comprovado através do crescimento admirável do Produto Interno Bruto e outros indicadores da situação econômica.

Coerente com sua filosofia de governo, centrada na pessoa humana, e dentro dos ideais revolucionários, o governo Médici está passando para uma nova etapa, da qual foram admiráveis antecipações de projetos tais como os do PIS e da Proterra: trata-se da etapa de humanização do desenvolvimento, na qual o esforço de expansão econômica passa a se processar em subordinação a valores sociais definidos.

O Plano que o Presidente acaba de remeter ao Congresso é a programação teórica dessa nova batalha: a humanização do desenvolvimento. Para que o desenvolvimento possa ser humanizado, no entanto, a condição *sine qua non* é que haja desenvolvimento ininterrupto. Por isso a meta fundamental do Plano é duplicar a renda *per capita* até 1980, objetivo difícil mas não impossível.

(O Estado do Paraná, 17 de setembro de 1971.)

CARTA DE INTENÇÕES DO GOVÊRNO

Os objetivos fundamentais do I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, encaminhado pelo Govêrno à consideração do Congresso Nacional, resumem-se, no que tange ao crescimento econômico, na ultrapassagem da barreira dos 500 dólares de renda *per capita* em 1974. Para atingi-lo, prevê-se o crescimento do Produto Interno Bruto ao longo dos próximos três anos a uma taxa entre 8 e 10% ao ano, mediante: 1) aumento da taxa de expansão do emprêgo até 3,2%, em 1974, com uma taxa média de 3,1%, no período 1970/74; 2) redução da taxa de inflação, permitindo alcançar-se relativa estabilidade de preços, ou seja, taxa de inflação da ordem de 10% ao ano, até o final do mandato do atual Govêrno; 3) política econômica internacional que acelere o desenvolvimento do País, sem prejuízo do contrôle progressivo da inflação.

O êxito de um esquema nacional dessa natureza passa a depender não apenas da conjugação dos esforços intêrnos, mas também da evolução da economia mundial, particularmente dos rumos das economias dos países altamente industrializados. Os esforços desenvolvidos no plano do comércio internacional ou no da política de captação de recursos externos necessários à complementação do custo de seus programas de desenvolvimento, estão sujeitos aos reflexos das flutuações de outras economias.

O desencadeamento de uma ação restritiva de importações pelos países desenvolvidos, bem assim a adoção de políticas monetárias mais restritivas ou fechadas, comuns aos esforços dirigidos no sentido do restabelecimento do equilíbrio do balanço de pagamentos ou apenas do balanço mercantil de um ou de alguns países grandes importadores ou fontes de investimentos, terminam sempre por afetar as políticas de desenvolvimento praticadas pelos países de economias menos fortes ou mais vulneráveis às instabilidades.

No caso específico do Brasil, porém, cuja economia encontra um maior suporte no seu próprio mercado interno, é possível vencer algumas dessas dificuldades ou, pelo menos, atenuar-lhes os impactos. Especialmente, se

fôr possível manter uma taxa desejável de expansão de emprego, o que contribui para o alargamento das bases do mercado nacional. Como, até o momento, não temos uma indústria específica de exportação, mas empregamos na exportação excedentes de produção da indústria organizada para o mercado interno; como desenvolve-se no País uma política de integração que, iniciada com as vistas voltadas para o desenvolvimento regional, evoluiu no sentido da integração nacional, há sempre condições para resistir aos impactos dos movimentos de acomodação de economias externas.

A projeção do Produto Interno Bruto está fundamentada nos resultados obtidos nos últimos anos pela política de crescimento e transformação. O PIB tem aumento à razão de 9 por cento ao ano, estávelmente, com raízes plantadas no crescimento industrial acima de 10 por cento. A outra contribuição importante deve ser proporcionada pela agricultura, a uma taxa estimada acima de 7 por cento. A análise retrospectiva até 1965 evidencia que uma semelhante conjugação de índices tem sido possível sem maiores sacrifícios. A outra estará precisamente nos esforços conduzidos com vistas ao constante alargamento da fronteira econômica, numa operação em que se visa tirar partido da dimensão continental; no aproveitamento máximo dos recursos humanos particularmente pela sua melhor qualificação; e, finalmente, consolidando a experiência havida com o desenvolvimento do núcleo básico do Centro-Sul e com a industrialização do Nordeste, reveladora da nossa capacidade de criar a base de mercado interno para a expansão da economia.

O grande impacto do I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social reside precisamente no capítulo dedicado à ação para o desenvolvimento, onde podem ser contemplados alguns dos fatores da expansão, implícitos no programa de investimentos. "As necessidades de expansão do capital físico do País acarretarão crescimento da taxa de investimento bruto (fixo), de 17 por cento em 1970 para 19 por cento em 1974. A participação do investimento privado no total tenderá a elevar-se", diz o documento.

Tomando especificamente o item desenvolvimento industrial, verifica-se uma previsão de investimentos da ordem de Cr\$ 30.400 milhões (com elevada participação do setor privado), cobrindo setores básicos a saber: siderurgia, Cr\$ 7.700 milhões; química, Cr\$ 5.500 milhões; mecânica e elétrica, Cr\$ 8.000 milhões; forjados de aço, Cr\$ 170 milhões; fundidos de ferro e aço, Cr\$ 450 milhões; ferro-ligas, Cr\$ 130 milhões; metais não-ferrosos, Cr\$ 650 milhões; cimento, Cr\$ 1 bilhão; papel e celulose, Cr\$ 2.800 milhões;

e bens de consumo não duráveis, Cr\$ 4 bilhões. Na agricultura-abastecimento, somente as aplicações governamentais são avaliadas em Cr\$ 15.600 milhões, não computados os financiamentos de custeio pela CREIA e outros órgãos. Energia, Cr\$ 24.400 milhões, inclusive petróleo e xisto; mineração, Cr\$ 3.260 milhões dos setores público e privado. Transportes, por parte do governo federal, cerca de Cr\$ 20.100 milhões.

Para movimentação de todos esses recursos e mais os relativos aos aspectos de natureza social, serão acionados os principais instrumentos de ação econômica. No que tange à política fiscal, destaca-se a continuação da política de alívio progressivo da pressão tributária. No sistema financeiro e no mercado de capitais, permissão para emissão de ações preferenciais ao portador pelos bancos oficiais e privados, sem direito a voto, bem assim a política de incentivos e fusões no sistema financeiro, consideração da tendência à formação de conglomerados, objetivando-se sempre permitir a formação de sólidos grupos empresariais, com poder de competição e com adequada estrutura financeira, preservado o interesse público e a segurança do sistema financeiro.

Omer Mont'Alegre

(*Boletim Cambial*, 18 de setembro de 1971.)

ESTRATÉGIA BRASILEIRA

Tem o Congresso Nacional, bem como os demais estudiosos da problemática brasileira, um rico manancial de informações no notabilíssimo documento que é o Plano de Desenvolvimento encaminhado ao exame dos nossos parlamentares. Novas coordenadas são concebidas à base das conquistas que se vieram efetivando a partir de 1964. O quadro geral impressiona pela nitidez dos traços. O arrôjo das metas futuras se delinea não como um delírio de grandeza, mas, ao contrário, como um frio cálculo derivado de dados positivos oferecidos pelo que já se conseguiu nas fases anteriores.

Em nenhum momento se perde a noção das dificuldades a serem superadas. Estas sobretudo se vinculam à situação *sui generis* de um país, como o nosso, que encerra no interior de suas fronteiras todos os graus do estágio econômico, desde os mais primitivos até os representativos da organização capitalista mais avançada e vitoriosamente empreendedora. Estes desníveis, como não se ignora, têm criado arritmias de movimento orgânico, que o Plano procura definir com justeza, para melhor entregar-se, posteriormente, à obra corretiva necessária, implícita na progressão harmônica que se tem em vista.

Por isso mesmo, especial atenção é dedicada ao balanço das peculiaridades do Centro-Sul. Trata-se de uma região que, “pelo nível de renda alcançado”, na década de 70 se defrontará com problemas “típicos da sociedade moderna”. E estes são arrolados. No perímetro da Grande São Paulo e da Grande Rio concentram-se aglomerados humanos comparáveis aos maiores do mundo. Daí uma seqüência de males (os da poluição ambiental, por exemplo) justapostos aos efeitos maravilhosos da revolução tecnológica, que atua sobre todos os setores operacionais do homem moderno. Neste âmbito, as coordenadas desenvolvimentistas evidentemente não se assemelham às de outras partes do território nacional. Para ela o Plano preconiza soluções relativas a cometimentos de tecnologia refinada, caminhando paralelas à consolidação de “ramos industriais bási-

cos”, em cujo número se incluem a construção naval e a siderurgia. A agricultura deverá, simultâneamente, adquirir cada vez mais o caráter de atividade com base empresarial. O aprimoramento da produtividade, tanto no campo rural quanto nos vários patamares do parque fabril, importará certamente no forçoso estabelecimento de “novas estruturas de comercialização em larga escala”.

Por tôdas estas características, as zonas compreendidas no raio de influência imediata da Grande São Paulo e da Grande Rio se converterão em “mecanismo coordenador da atuação dos Governos federal, estadual e municipal nos programas conjuntos, observadas as respectivas áreas de competência”. Compreende-se que assim seja. Trata-se de uma região que abarca nada menos de 15 por cento da população brasileira e de 50 por cento de sua produção industrial. Pelo seu progresso de escala ampla, dimanado de circunstâncias históricas especiais, ela se avantajou às demais e provoca uma imantação que, se não fôr corrigida em tempo, pode suscitar rupturas perigosas. O Plano Nacional de Desenvolvimento reconhece essa anomalia e se preocupa em corrigi-la, quando adverte: “Os Estados mais desenvolvidos do Centro-Sul, notadamente São Paulo, deverão colaborar com o Govêrno federal na política de integração nacional, apoiando o esforço aplicado no Nordeste e na Amazônia, até mediante cooperação financeira por intermédio dos bancos oficiais daqueles Estados”.

No que diz respeito a São Paulo, tanto da parte de seus governos quanto do seu empresariado, êsse espírito de cooperação jamais se omitiu. Faltou no passado, contudo, a presença de um pensamento coordenador, nos mecanismos da União, que lhes proporcionasse um sentimento de confiança na racionalidade dos métodos a serem aplicados, para que os resultados realmente correspondessem aos objetivos que se tinham em vista. Êste sentimento de confiança felizmente se consolidou com a obra da Revolução de 1964. Hoje, São Paulo perfeitamente se entrosa com as metas do Govêrno federal, com a consciência de que os conceitos de “integração” não são lançados ao acaso das circunstâncias, sob inspirações imediatistas. Obedecem, isto sim, a uma finalidade planificadora, que procura resolver não poucas das incógnitas com que se afligem as populações e a economia do Centro-Sul soerguendo um pouco mais o nível das regiões mais atrasadas. Para tanto, a estratégia adotada parte do pressuposto de que o Centro-Sul continuará a “absorver a maior parcela do capital físico do País”. Tudo aconselha a que se mantenham estas excelentes taxas de crescimento, que definem os pontos altos da vitalidade

nacional. Sangrá-la tomaria o aspecto de uma mutilação irresponsável. Assim, pois, os “novos programas relativos ao Nordeste e à Amazônia” terão a respaldá-los os incentivos fiscais já existentes. Isto por um princípio geral já firmado, que a prática provou ser particularmente fecundo.

Esta concepção de conjunto, cientificamente balizada, já nos deu um Produto Interno Bruto de dimensões jamais registradas na nossa história econômica. O novo Plano, à base da mesma experiência, espera tornar constantes e progressivos os mesmos ritmos, de forma a colocar o Brasil entre os poucos países que já ultrapassaram a “barreira dos 500 dólares *per capita*”. Já agora não se pode duvidar que o conseguirá. Além do realismo de suas fórmulas internas, êle tem, nas linhas previstas para o nosso intercâmbio com o Exterior, um fator complementar de fortalecimento, capaz de alargar a esfera de nosso já considerável prestígio no concôrto dos demais povos do Ocidente.

(*Diário de São Paulo*, 18 de setembro de 1971.)

IMPULSO DECISIVO

A estratégia para a evolução rápida do Brasil nos próximos anos, destinada a colocá-lo entre as nações de primeira linha até o fim do século, está afinal definida pelo Plano Nacional de Desenvolvimento, encaminhado pelo presidente Médici ao Congresso, cuja execução se estenderá de 1972 a 1974. São três os seus objetivos fundamentais. Em primeiro lugar, visa a criar condições básicas para que se alcance aquela meta, dentre as quais se destacam as que correspondem aos dois outros objetivos. Um deles se consubstancia na duplicação até 1980 da renda *per capita* acusada em 1969, o que implica em garantir o crescimento anual do produto interno bruto em porcentagens equivalentes às dos últimos três anos, e o outro na expansão do mercado de emprêgo à taxa de 3,2 por cento e a queda da inflação ao nível de 10 por cento ao terminar o triênio.

Com a elaboração do ambicioso esquema, o presidente Médici não só satisfaz o compromisso que havia assumido ao iniciar-se o seu mandato, como também pode dizer-se que vai ao encontro de uma obsessão nacional. Os brasileiros, na verdade, mostram-se hoje mais compenetrados do destino que aguarda o Brasil e não alimentam mais dúvida quanto à aptidão que têm para antecipar o futuro, mediante o próprio esforço e o adequado aproveitamento dos recursos naturais que estão à sua disposição.

Para que se fortalecesse essa mentalidade otimista, muito concorreu naturalmente o resultado do empenho havido a partir de 1964 com a finalidade de promover os reajustamentos que se impunham, após um longo período de desordem e perplexidade na vida do País, e rumar para os caminhos do desenvolvimento. Tal estado de espírito se afigura essencial e certo ao sucesso do modelo brasileiro de desenvolvimento, porque, mais importante talvez que a capacidade do Governo de agir e disciplinar, será a motivação que o livre empreendimento e a força de trabalho vêm reve-

lando para superar os empecilhos que se têm oposto à diversificação e ao maior rendimento das atividades produtivas.

A situação atualmente se apresenta, pois, muito diferente da que impediu que o Brasil retirasse proveito que se podia esperar de planos anteriores, como no caso do Plano Salte e mais recentemente do Plano Trienal do dramático govêrno João Goulart. De maneira que êstes dois exemplos de insucesso da ação planejada, em vez de comprometer a confiança no Plano Nacional de Desenvolvimento a ser aplicado a partir do próximo exercício, contribuem até mesmo para fortalecê-la, já que a experiência dos governos revolucionários demonstra que as condições são hoje apropriadas ao desdobramento em bases racionais do esforço nacional em favor do progresso econômico e da evolução em todos os setores da vida do País.

Se até agora, sem um plano abrangente e integrado, foi possível assinalar conquistas que antes pareceriam difíceis, mais estimulantes serão daqui por diante os desafios que o programa de ação proposto pelo chefe da Nação representa para o próprio Govêrno e para todos os brasileiros.

A fim de que o Brasil se situe entre os países desenvolvidos no espaço de tempo de uma geração, segundo preconiza o esquema, torna-se necessário preliminarmente que, no campo da educação, se reduza a dois milhões imediatamente o número de analfabetos na faixa de 15 a 35 anos de idade. Nesse sentido, basta, portanto, que tenha prosseguimento, com a eficiência que vem registrando, o programa do MOBREAL.

Já no domínio econômico será indispensável desde logo também que se efetive pelo menos em 50% os chamados grandes programas de investimento, englobando siderurgia, petroquímica, transporte, construção naval, energia elétrica, comunicações e mineração, cada um dêles correspondendo a mais de um bilhão de dólares. E para ampliar as perspectivas da exportação, sem dúvida relevante como fator complementar da luta em prol do desenvolvimento acelerado, visa o plano criar duas categorias capazes de competir com a posição do café — manufaturados e minério produtos agrícolas não tradicionais — de modo a assegurar o crescimento da receita de cambiais acima de 10 por cento ao ano. Sob êsse aspecto, naturalmente, muita influência irá ter a política já em andamento com o objetivo de promover a integração nacional, com base no desenvolvimento do Nordeste e na conquista da Amazônia, que permitirá a desmarginalização de um contingente apreciável da população e a incorporação de novas terras e aproveitamento de maiores recursos naturais para aumento da produção.

Dentro dessa linha, abre o terceiro govêrno revolucionário as sendas para a transformação da fisionomia nacional. É um plano de três anos, que exigirá naturalmente a continuidade de sua filosofia e de seu esforço através de outros planos dos governos subseqüentes.

(*Estado de Minas*, 18 de setembro de 1971.)

O MODELO BRASILEIRO

O I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para o triênio 1972-74, consagra o modelo brasileiro de economia mista, que na opinião do professor Paul Samuelson, Prêmio Nobel de Economia, situa-se no ponto de convergência para o qual estão caminhando todos os sistemas econômicos conhecidos.

O modelo da economia mista, na ordem do capitalismo ocidental, foge em parte da ortodoxia dos esquemas da livre empresa para admitir a participação dos empreendimentos estatais, respeitados os princípios da concorrência, ditados pela chamada economia de mercado.

Essa idéia básica está contida nos dois primeiros parágrafos do segundo capítulo do PND, o que trata exatamente do modelo econômico de mercado: “O sistema que se está construindo no Brasil orienta seu regime de mercado para a descentralização das decisões econômicas e dos resultados da expansão da renda, fundando-se, tal modelo, na aliança entre Governo e setor privado, entre União e Estados.”

Responsável pelos setores diretamente produtivos e por certas áreas de infra-estrutura, a empresa privada nacional, diz o documento, “se encontrará fortalecida com essa aliança, ganhando força para competir em igualdade de condições com a empresa estatal e com a empresa estrangeira, até em setores de tecnologia mais avançados”.

Na montagem dessa estratégia de desenvolvimento, sobressaem alguns pontos essenciais nesse modelo econômico: influência crescente do Governo na gestão do sistema econômico (respeitando-se o princípio da descentralização) através da expansão dos seus investimentos: incremento da prosperidade social, pela criação de mecanismos de repartição de renda; fortalecimento das unidades de produção, através de fusões e incorporações; e maior atenção ao desenvolvimento da adaptação, produção e consumo de tecnologia e à melhor capacitação dos recursos humanos disponíveis no País.

O Plano Nacional de Desenvolvimento atribui papel igualmente preponderante ao equilíbrio entre União e Estados, em termos de um “federalismo cooperativo”, orientado pelas exigências da estratégia de integração nacional. O esquema atribui à União a tarefa de definir prioridades nacionais, transferindo aos Estados a execução de obras de sentido local ou regional, evitando-se a superposição ou paralelismo de projetos, que leva à dispersão de recursos.

Ao considerar êsse modelo de desenvolvimento integrado e solidário, cumpre lembrar que nenhuma estratégia assim armada poderá oferecer resultados de curto ou médio prazos sem que seja estimulado o processo de incorporação de um maior contingente da população ao mercado de produção e consumo. A ofensiva de exportação, agora desencadeada por todos os setores da economia, deve ser entendida como ganhos adicionais, embora relevantes, de um esforço de ampliação das fronteiras econômicas internas.

O mercado interno só crescerá a taxas maiores se o modelo brasileiro conseguir, na produção, reduzir os índices de desemprego ou de subemprego, eliminando as unidades produtoras de mera subsistência; e, no consumo ou na demanda, redistribuir rendas por meio do salário real, que deve, na afirmação textual do PND, “assegurar a transferência aos trabalhadores dos ganhos de produtividade do sistema”.

(Fôlha de São Paulo, 18 de setembro de 1971.)

PLANO DE DESENVOLVIMENTO

O primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, encaminhado ao Congresso Nacional define orgânica e sistematicamente os objetivos nacionais no campo econômico-social e constitui o documento central em torno do qual passarão a ser aferidas as programações setoriais, consubstanciando os fundamentos e as grandes linhas do modelo brasileiro de crescimento e da estratégia adotada para assegurar-lhe níveis condizentes com as aspirações gerais.

Nunca, em verdade, a tarefa de planejar, garantindo a continuidade, a coerência e a racionalidade das decisões, esteve tão intimamente associada à atividade de governo como agora, quando a complexidade e a diversidade dos problemas, bem como a reciprocidade de suas interferências, não só recomendam como exigem um tratamento uniforme e um rigoroso escalonamento das prioridades.

No Brasil, aos fatores comuns a tôdas as economias acrescentam-se os desníveis regionais a exigirem, permanentemente, uma concentração de esforços e de recursos no processo de sua correção, em prol do maior equilíbrio e homogeneidade do conjunto.

Ao Plano Nacional de Desenvolvimento se juntam, por outro lado, os orçamentos anuais e plurianuais e os planos regionais de desenvolvimento, completando a programação da ação governamental e, mais que isso, estruturando um sistema nacional de planejamento, tão manifestamente indispensável ao cumprimento dos objetivos propostos.

Aliás, já em relação ao programa de "Metas e Bases" se ressalvara tratar-se de um "documento de sentido eminentemente prático e mais voltado para a execução", enquanto o Plano Nacional agora remetido, oficialmente, ao Congresso, traduz as características programáticas de ação governamental de forma mais extensa e profunda, delineando harmônica-mente tudo aquilo que se pretende em matéria de desenvolvimento global e setorial.

De princípio, e considerando a incidência daqueles fatores que de alguma forma tipificam a situação brasileira, ressaltaríamos no documento, objeto destas considerações preliminares, precisamente o relêvo que atribui à realização da estratégia regional para efetivar a integração nacional.

Parece-nos significativo, nesse particular, o trecho em que se menciona que “o Brasil realizará no período 1972/74 um dos maiores programas de desenvolvimento regional em todo o mundo. As transferências da União para o Nordeste e a Amazônia — por intermédio do PIN, do Proterra, dos incentivos fiscais, do Fundo de Participação, do Fundo Especial e dos Fundos Vinculados — deverão aproximar-se da média anual correspondente a cerca de US\$ 800 milhões, montante superior ao total da assistência financeira líquida que o conjunto das instituições financeiras internacionais proporcionou à América Latina, anualmente, no final dos anos 60”.

Assim como, pelo Programa de Integração Nacional, intenta-se promover comunicação gradual e efetiva entre as experiências regionais de desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, a fim de que no futuro elas se interpenetrem e complementem, o Plano Nacional confere a devida ênfase à consolidação do ritmo de crescimento do Centro-Sul do País e também à solução de alguns problemas peculiares daí decorrentes, sobretudo em termos de disciplinamento do processo urbano-industrial, absorção do impacto tecnológico e incremento das relações com o exterior.

Ponto essencial do Plano é também a reafirmação da necessidade de “assegurar a participação de tôdas as categorias sociais nos resultados do desenvolvimento, bem como a descentralização do poder econômico, com a formação do capitalismo do grande número e a difusão de oportunidades”, de acôrdo com os instrumentos financeiros já existentes. Desdobrando e hierarquizando as metas econômicas, o documento conceitua, em última análise, um modelo de desenvolvimento compatível com a criação de uma sociedade aberta e fiel aos valores democráticos.

(Jornal do Commercio, 18 de setembro de 1971.)

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

O Presidente da República acaba de enviar ao Congresso o Plano Nacional de Desenvolvimento, que tem por principal objetivo garantir a continuidade do crescimento do País a taxas que devem ir entre 8 e 10% ao ano e a construção de uma sociedade brasileira desenvolvida, equânime e pacífica.

Ao contrário de tentativas anteriores à Revolução de 64, no sentido de um planejamento global da economia, o que se faz agora funda-se em experiências válidas, em estatísticas corretas, em metas perfeitamente compreendidas dentro das possibilidades e justificadas pelo que já foi feito.

Eis o que dá categoria e importância desde logo à grande iniciativa do Presidente Médici.

Como se afirma no preâmbulo, êsse primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento encara tôda a problemática do progresso brasileiro dentro de uma estratégia própria, que se apóia no conhecimento direto das nossas necessidades e dos meios mobilizáveis para uma plena realização.

Fala ainda o preâmbulo nas concepções e recursos para consolidar a economia moderna, competitiva e dinâmica, com setor público eficiente e com estruturas empresariais sólidas, tanto do ponto de vista tecnológicos como financeiro.

Além disso, são claramente estabelecidas as bases para uma integração nacional efetiva, pondo na linha das primeiras e maiores preocupações do Governo o desenvolvimento do Nordeste e a conquista da Amazônia, “a fim de que o País possa valer-se, convenientemente, de seus recursos humanos e da sua dimensão continental”.

Não se limita aí a essa integração econômica, pois vai além e traça igualmente as linhas de uma integração social que corresponde às mais profundas aspirações nacionais.

Qual a estratégia escolhida para esse Plano Nacional de Desenvolvimento?

O projeto mesmo em suas razões iniciais o explica: “A estratégia proposta assenta, antes de tudo, na experiência do crescimento e transformação efetuada a partir de 1964, e representa a projeção, nas próximas etapas, das conquistas econômicas e sociais já alcançadas. Favorece ainda maior integração do País na economia mundial, para que o Brasil cresça mais rapidamente, tirando proveito da expansão acelerada do comércio internacional”.

Eis aí, em simples linhas, a posição pragmática assumida pelo Governo, ao propor o Plano Nacional de Desenvolvimento, que nada tem em conexo com qualquer filosofia de ordem política, exceto na consideração de que a política tem de criar instrumentos eficazes, capazes de, em sua aplicação, alcançar os objetivos visados.

Não iremos estudar aqui em seus pormenores o Plano Nacional de Desenvolvimento, cujos aspectos puramente técnicos vão ser examinados devidamente pelo Congresso e ainda por instituições e organizações cujos interesses econômicos e sociais sejam nêle envolvidos.

Há, porém, uma realização que merece ser mencionada especialmente. É a que diz respeito “à abertura social para assegurar a participação de tôdas as categorias sociais nos resultados de desenvolvimento, bem como a descentralização do poder econômico com a formação do “Capitalismo do Grande Número” e a difusão de oportunidades”.

É sumamente importante que o plano não só preconize como exija, pois que figura, entre as suas finalidades essenciais, a participação de tôdas as categorias do povo nos resultados do desenvolvimento.

Não seria plenamente viável nem propiciaria o estabelecimento da paz social e política uma iniciativa que deixasse de considerar aquela participação de tôdas as categorias sociais nos resultados do desenvolvimento.

Acreditamos que reside precisamente nesse alto propósito de democratização das atividades econômicas, com o fito de proporcionar a todos condições de vida dentro de uma sociedade integrada, a grande justificativa do Plano Nacional de Desenvolvimento, dentro da estratégia definida pelo Presidente da República ao encaminhá-lo à consideração do Congresso.

Não há nada de fantasista ou orientado para a captação de apoios políticos nesse Plano e sim uma avaliação de realidades já apuradas na experiência dos primeiros sete anos do Governo Revolucionário.

(O Jornal, 18 de setembro de 1971.)

DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS

O Governo acaba de criar um modelo brasileiro de desenvolvimento. O *boom* econômico-financeiro que estamos presenciando desde a Revolução de 64, considerado por algumas autoridades internacionais na matéria como “o milagre brasileiro”, estava carecendo de uma codificação capaz de orientar, com segurança, todos os setores da vida nacional. Agora, o Governo envia ao Congresso o Plano Nacional de Desenvolvimento para 1972/74. Um documento sintético mas que define, claramente, os objetivos principais. Na realidade, a sintetização desse Plano tem uma razão de ser.

No fundo, ele vem complementar o Orçamento Plurianual e a Proposta Orçamentária para 1972. Delineando as concepções e os meios para a consolidação da economia moderna, competitiva e dinâmica, com o setor público eficiente e com estruturas empresariais sólidas tecnológica e financeiramente, sua meta é a de assegurar a continuidade de crescimento do PNB nas taxas entre 8% e 10%. A partir de 64, nosso País saiu da situação de descrédito em que se encontrava, para ser incluído na lista dos dez maiores, em nível global de Produto Interno Bruto, no mundo ocidental.

Com a adoção desse novo Plano, estamos credenciados para subir, nessa mesma lista, para o nono ou oitavo lugar. Além disso, há outro grande objetivo: o de ultrapassarmos, já em 1974, a barreira dos 500 dólares de renda *per capita*. Novos pólos de desenvolvimento regional estão previstos, dentro da estratégia da integração nacional. Uma estratégia que envolve desde a consolidação do núcleo desenvolvido do Centro-Sul, até a criação de regiões metropolitanas, controle de poluição, construção da estrutura integrada de indústria e tecnologia e a aceleração dos setores agroindustriais do Sul, industrial-agrícola no Nordeste e agropecuário no

Planalto Central e Amazônia. Um Plano ambicioso, mas plenamente viável, na medida em que todos os setores trabalhem, entusiasticamente, em favor de sua execução.

Heron Domingues

(Diário de Notícias, 19 de setembro de 1971.)

VISÃO DA SEMANA: CONSOLIDAÇÃO NACIONAL, INCERTEZA INTERNACIONAL

Na véspera da reunião do Fundo Monetário Internacional em Washington, existe um certo desalento, pois, dificilmente pode-se esperar chegar rapidamente a uma solução para resolver a atual crise do sistema monetário internacional. Os resultados da reunião do "Grupo dos Dez" e do CIES não permitem ilusões. Neste quadro bastante desolador, a divulgação do 1.º Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no Brasil, faz contraste, mostrando perspectivas muito encorajadoras que somente poderiam ser ameaçadas por uma crise mundial.

O fato importante, nesta última semana, no plano econômico mundial, foi incontestavelmente a definição clara dos países ricos e do Terceiro Mundo diante da atitude dos Estados Unidos, que foram unânimemente condenados por procurar impor uma solução de força para resolver o atual impasse. Apareceu claramente que os países industrializados não aceitariam revalorizar suas moedas enquanto o governo de Washington não suprimisse a sobretaxa de 10% que incide sobre as importações norte-americanas, e também não aceitariam contribuir para uma solução equitativa com a desvalorização do próprio dólar. Não se pode admitir que, tendo renunciado a ser moeda internacional, o dólar pretenda manter-se fora das regras normais em que, para reequilibrar um *deficit* estrutural do balanço de pagamentos, é necessário desvalorizar a sua moeda.

A crise mostrou pelo menos a necessidade de renunciar a um sistema que dá à moeda de um único país um privilégio do qual pode abusar. Os Estados Unidos não resistiram à tentação de abusar deste privilégio, colocando em perigo todo o equilíbrio internacional.

É pouco provável que antes das eleições (a se realizarem daqui a 15 meses), o governo de Washington adote uma solução de bom senso. Assim corremos o risco de ver o sistema atual de câmbio flutuante prolongar-se, o que certamente conduzirá a profundos distúrbios no intercâmbio do mundo ocidental.

PND

Depois de uma longa experiência da sua política econômica, o governo do presidente Médici sentiu a necessidade de definir num Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (PND) seus objetivos e os meios de atingi-los. A escolha do “modelo brasileiro” não é mero exercício intelectual mas, ao contrário, fruto de um longa experiência que hoje permite olhar o futuro com uma grande tranqüilidade. O desenvolvimento econômico, tal como aparece no Plano, tem um objetivo principal: melhorar o padrão de vida da população. Por isso, o lado de uma política ambiciosa de crescimento, verifica-se a preocupação dos autores do PND de dinamizar os diversos programas existentes, visando a uma melhor distribuição da renda, tanto no plano pessoal quanto no plano regional.

Outra característica do PND é a importância dada à participação da iniciativa privada no processo de desenvolvimento: os grandes programas deverão sempre visar ao favorecimento da expansão deste setor.

Finalmente, as autoridades, tendo em vista a grande importância da exportação, reconhecem a absoluta necessidade de uma participação do capital estrangeiro em nossa economia sem que isso signifique uma desnacionalização das empresas brasileiras que, ao contrário, deveriam se aproveitar do estímulo tecnológico trazido do exterior.

Esta confiança nos destinos do Brasil apareceu claramente nas manifestações organizadas em São Paulo pelo governo francês que, por meio de uma Feira de grande qualidade, quis mostrar seu interesse em relação ao Brasil, que não aparece mais apenas como um cliente, mas muito mais como um sócio na aventura do desenvolvimento econômico e humano.

(O Estado de São Paulo, “Coluna Atualidade Econômica”, 19 de setembro de 1971.)

DESENVOLVIMENTO

O Plano Nacional de Desenvolvimento, para os próximos três anos, documento agora enviado ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, ao lado do orçamento plurianual para o mesmo período, além da proposta orçamentária para 1972, constituem a programação do Governo para os anos vindouros. Evidentemente, esta programação é, antes de mais nada, uma projeção para o futuro plano já em curso, cujos resultados são sobejamente conhecidos e têm provocado não só o apoio de toda a Nação como francos elogios no exterior, inclusive do tão severo Fundo Monetário Internacional. O entusiasmo suscitado pela política de desenvolvimento do Brasil já ultrapassou as nossas fronteiras e se tornou um exemplo.

Conquanto seja uma seqüência do plano em curso, como já salientamos, nem por isso deixa de ter outra expressão, em vista de novas perspectivas que abre em vários dos mais importantes setores da vida nacional. O Plano volta-se não só para o desenvolvimento econômico do País, mas também para o aperfeiçoamento do homem, através do sistema educacional, dando aos que ainda se debatem nas trevas da ignorância o instrumento indispensável da alfabetização, proporcionando aos que antes terminavam seus estudos na escola primária a educação secundária do primeiro ciclo de forma interligada. A educação elementar não termina com o primário, mas segue até o final do primeiro ciclo do secundário.

Por outro lado, os que alcançam os bancos da Universidade vão ter agora os cursos de pós-graduação, complementando os estudos superiores, e a pesquisa científica, ligada ao progresso tecnológico, tomará um notável impulso, libertando pouco a pouco o País de uma subordinação indesejável aos padrões alienígenas. No âmbito das atividades econômicas, novos instrumentos fortalecerão o mercado de capitais, ampliando o excelente desenvolvimento já observado nos últimos anos. Esta expansão do mercado visa não só fortalecer as empresas nacionais, grandes ou pe-

quenas, mas atrair a participação cada vez maior do povo na sua propriedade, democratizando o capital.

Todos os setores básicos da economia nacional — siderurgia, petroquímica, construção naval, sistema viário, energia elétrica — serão beneficiados com programas de expansão que ultrapassarão, em valor, quantias equivalentes a um bilhão de dólares, somente neste relativamente breve período. Outros recursos serão mobilizados quer para diminuir os desníveis regionais que hoje são observados ainda, quer para integrar número cada vez maior de brasileiros nos benefícios sociais, proporcionados pelos sistemas previdenciário e de poupança. A expansão da produção, a um nível de 8 a 10% ao ano, vai ensejar, por sua vez, a elevação da renda *per capita* em 100% até 1980, esperando-se que alcance US\$ 500 ainda em 1974.

Ênfase especial será dada ao incremento das exportações, procurando-se criar pelo menos mais dois setores cuja receita em divisas equivalha ou mesmo ultrapasse a proporcionada hoje pelo café: manufaturados e minérios, além de numerosos outros produtos. Hoje, sabemos todos que os objetivos fixados pelo Governo têm sido não apenas atingidos, mas, freqüentemente, ultrapassados. Assim, não se trata de um Plano inexecutável, como aconteceu em outras eras, mas de algo factível, produto não só de uma correta formulação como levado a termo com firme decisão, alicerçada na confiança dada pelos resultados já obtidos nos últimos anos.

(*Diário de Notícias*, 20 de setembro de 1971.)

OPÇÃO E TÉCNICA DE DESENVOLVIMENTO

A opção brasileira de desenvolver-se segundo o modelo capitalista é o pressuposto e o suporte do Plano de Desenvolvimento Nacional e do Orçamento-Programa remetidos pelo Governo ao Congresso. Essa direttriz consolidou-se e racionalizou-se. Complementa-se ela pela decisão de manter o Estado na direção de todo o processo de modo a assegurar a adequação do crescimento da empresa privada às necessidades e aos imperativos econômicos e sociais da comunidade. A orientação dos investimentos públicos e privados para obtenção de objetivos comuns está implícita na definição das metas e na direção dos incentivos e estímulos.

Temos, portanto, um modelo brasileiro ajustado à experiência mundial mais recente que visa a conjugar as vantagens de uma economia privada com a imposição de prioridades ditadas pelo interesse nacional. Esse comando da ordem econômica não elimina a realidade fundamental da opção feita pelo Governo de manter estruturas existentes, dinamizando-as e dando-lhes oportunidade de consolidação. Há o empenho declarado de promover o fortalecimento da empresa privada que, ao longo do processo, deverá se afirmar como a grande realidade econômica do País e definir a natureza do regime brasileiro.

Entre as medidas preconizadas ou já em experiência para estimular a empresa privada conta-se a participação do sistema bancário oficial no capital de sociedades anônimas, como acionista minoritário, com a função de regular associações de grupos e de dar-lhes cobertura adequada. Tal política deverá ampliar-se numa segunda fase em que se admitirá a participação acionária da rede bancária particular nas companhias de comércio e indústria, transplantando-se assim para o Brasil uma experiência fecunda realizada no Japão e na Alemanha e ampliando-se a cota de responsabilidade do sistema financeiro na produção econômica.

A orientação governamental vai-se firmando na base de formulações técnicas e de execução também técnica. Os governos revolucionários tiveram o mérito de dissociar o Estado de interesse de grupos e pessoas.

O Ministério da Fazenda, o Ministério da Indústria e do Comércio e outros instrumentos da política financeira e econômica deixaram de ser ocupados por banqueiros ou outros empresários que facilmente confundiriam os interesses do seu setor com os interesses do Estado. Nesse ponto, afastaram-se da filosofia dominante no Governo norte-americano que sempre se utilizou da experiência dos seus homens de empresa, valorizando-a ao máximo. No Brasil faz-se uma política em favor da economia privada, mas abriu-se mão da colaboração direta dos seus líderes para dar preferência ao critério de economistas e administradores. No fundo é um movimento semelhante ao que ocorre no próprio seio das sociedades de comércio e indústria, as quais vão cedendo seus postos de comando a pessoas habilitadas para exercê-las com mais objetividade e competência, em muitos casos, do que os próprios donos.

Prevalecendo embora a diretriz governamental, que se afirma no planejamento e na concessão de incentivos e prioridades, o fato é que se organiza o Brasil economicamente como uma grande empresa composta de uma constelação de empresas privadas que deverão ser cada vez mais fortes e que deverão ter seu capital gradativamente difundido. Consolidou-se assim um sistema capitalista de economia e a história ensina que o corolário político de tal sistema é a organização pluralista da sociedade. A diversificação do poder econômico impõe a diversificação de influências e da conseqüente manifestação de opiniões.

Os governos revolucionários, com as restrições impostas no curso do processo, estão, portanto, cimentando os fundamentos de um estado democrático, que será mais cedo ou mais tarde o desfecho da experiência que se realiza. Há, nos setores mais competentes do Governo, consciência do problema e das suas conseqüências. E é em nome disso que se sugere e se propõe uma trégua no debate político o qual, a esta altura, se se produzisse livremente, poderia interromper ou tumultuar o fluxo de medidas de racionalização e organização das estruturas econômicas.

Mas isso já é outro problema. Ou já envolve outros problemas.

(Jornal do Brasil, "Coluna do Castello", 20 de setembro de 1971.)

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO PARA 1972-1974

Consolidando e oferecendo uma perspectiva mais ampla aos intentos do “Programa Metas e Bases para Ação do Govêrno”, divulgado em meados do ano passado, o Presidente Médici enviou, no dia 15 dêste mês, mensagem ao Congresso Nacional, encaminhando Projeto-de-Lei relativo ao Flano Nacional de Desenvolvimento, onde estão definidos os objetivos maiores, de conteúdo global, da estratégia do desenvolvimento econômico e social da coletividade brasileira.

A grande síntese dos propósitos governamentais traduz-se na meta que preconiza assegurar a continuidade do crescimento da economia a taxas que deverão oscilar entre 8% e 10% ao ano, transformando, assim, o Brasil numa sociedade desenvolvida.

Segundo afirmou o general Garrastazu Médici em sua mensagem, o Plano Nacional de Desenvolvimento delinea as concepções e os meios para a consolidação em nosso País de uma economia moderna, competitiva e dinâmica, calcada na atuação eficiente do setor público, e em sólidas estruturas empresariais, tudo isso apoiado num forte entrosamento tecnológico e financeiro.

Dessa forma, afirma o presidente da República, o que se deseja com o Plano agora apresentado à consciência progressista dos brasileiros é o estabelecimento de, “bases para efetivar a integração nacional, visando, principalmente, a desenvolver o Nordeste e conquistar a Amazônia, a fim de que o País possa valer-se, convenientemente, de seus recursos humanos e da sua dimensão continental e traçar as linhas para a integração nacional”.

O otimismo relevado na mensagem presidencial justifica-se com a experiência administrativa, o dinamismo econômico e as sensíveis transformações registradas na vida nacional durante os últimos anos. Melhor dizendo, não se trata de otimismo emocional ou ufanista, mas tão somente de projeções, para os próximos anos, das conquistas já alcançadas.

Sem dúvida, a etapa do subdesenvolvimento brasileiro foi queimada, resta-nos agora consolidar e ampliar a nova etapa da economia desenvolvida, de um processo de industrialização avançado e de uma racional transformação das relações de produção no setor agropecuário.

A projeção cada vez maior das atividades nacionais no cenário internacional há de cristalizar-se, não apenas no âmbito das relações políticas, mas sobretudo nas vantagens advindas do alargamento das fronteiras, da diversificação das trocas de mercadorias, fatores decisivos para a expansão acelerada de nosso comércio exterior.

Objetivo do Plano

O Plano procura construir um modelo brasileiro de desenvolvimento orientado para um regime de mercado de decisões econômicas descentralizadas, mais justa distribuição da renda nacional, com o que se poderá galgar, progressivamente, a grande meta de um amplo mercado de consumo a ser desfrutado por toda comunidade brasileira. Nesse propósito, irmanar-se-ão Governo e setor privado, União e Estados, Estados e Municípios.

No âmbito das mensurações, espera-se que até 1980 a renda *per capita* seja duplicada em comparação com a de 1969, sendo que, para tanto, procurará o Governo manter uma taxa de crescimento econômico nos níveis verificados nos três últimos anos (9%). De outra feita, prevê o Plano Nacional de Desenvolvimento uma expansão de 3,2% na taxa de emprego e uma redução da taxa de inflação a um máximo de 10%, isso até 1974.

Obtidos esses índices, está certo o Governo que na próxima década teremos ingressado firmemente no concêrto das nações desenvolvidas.

Ainda, com vistas às realizações estabelecidas para o triênio 1972-74, cumpre destacar três campos de atividade já perfeitamente mensurados:

A) no campo da educação, a redução, a 2 milhões, do número de analfabetos na faixa de 15 a 35 anos;

B) efetivação, em mais de 50%, dos chamados grandes programas de investimento, cada um deles de mais de 1 bilhão de dólares, nas áreas da siderurgia, petroquímica, transportes, construção naval, energia elétrica, comunicações e mineração;

C) no setor externo, criar duas categorias capazes de competir com a posição do café — manufaturados e minério/produtos agrícolas não tradicionais — para assegurar o crescimento da receita acima de 10% ao ano.

Quanto às taxas de crescimento previstas para o triênio 1970-74, comparativamente às verificadas no período 1966-69, a tabela abaixo é realmente expressiva:

TABELA I

Perspectivas do Crescimento por Setores – 1970-74

<i>Setores</i>	1970-74 Taxa Média Anual (%)	1966-69 Taxa Média Anual (%)
Infra-Estrutura	9,3	9/11
1. Transportes e Comuni- cações	9,4	9/10
2. Energia Elétrica	9,1	11/12
Primário (Vegetal-Animal)	4,4	7/8
Indústria de Transformação e Ex- trativa Mineral	8,7	10/12
Construção	10,9	8/9
Outros Serviços	7,4	7/9
Produto Interno Bruto	7,4	8/10

Planejamento Democrático

Estamos, indubitavelmente, diante de uma iniciativa a que denominaremos, conforme muitos especialistas da matéria, de planejamento democrático. Em outubro de 1967, dizíamos nestas colunas que, há quase duas décadas, a maioria da opinião pública brasileira vem defendendo o planejamento como técnica apropriada a promover o crescimento econômico e consolidar a democracia. Felizmente, tornou-se possível um entendimento único, entre nós, sobre tão importante matéria. A corrente de opinião defensora do planejamento como princípio de democracia econômica, ganhou a batalha contra aqueles que acreditavam que a planificação podia corromper-se e transformar-se numa ditadura e na supressão da liberdade. Tais receios foram superados pela experiência do planejamento democrático. Muitos países têm planejado suas atividades e obtido com isso um fortalecimento de suas condições democráticas e, portanto, de suas liberdades.

Realmente, nos países em desenvolvimento, especialmente no Brasil, que enfrentava não apenas uma inquietação passageira, mas uma modificação radical de sua estrutura sócio-econômica, somente o planejamento democrático poderia livrá-lo dos aspectos negativos do processo. O planejamento é, sem dúvida, uma imposição das sociedades modernas e uma exigência dos países subdesenvolvidos. Isso porque “não temos poder de escolher a ordem social existente, e suas técnicas de controle. Elas já existem e podemos apenas combiná-las e modelá-las da melhor forma”, segundo explica o notável sociólogo Karl Mannheim, quando discute os problemas da planificação.

A questão se coloca, pois, nos instrumentos do plano. “Não resta dúvida alguma de que a planificação é absolutamente necessária nos países em processo de desenvolvimento”, afirma o professor John Kenneth Galbraith, numa expressão que recolhe a opinião de quase todos os economistas. O debate em torno da questão deve, portanto, surgir a respeito de suas características e das medidas a serem aplicadas.

Dessa forma, as opiniões contrárias ao planejamento definem apenas uma ideologia liberal, em nossos dias ultrapassada. O que nos importa, fundamentalmente, é a possibilidade de elaboração de um plano numa economia na qual os planejadores não têm a livre disposição dos meios de produção mas podem influir sobre o processo de desenvolvimento sem afetar a iniciativa privada.

Assim, em países não-socialistas, como a França, Suécia e Japão, tornou-se possível formular e executar planos econômicos não obrigatórios e de mínima intervenção na medida em que tais planos se têm aplicado às condições de liberdade e de franca cooperação com as empresas privadas.

Conforme salientou o Prof. Galbraith o mundo se divide em países desenvolvidos e subdesenvolvidos: nos primeiros o progresso econômico é mais ou menos automático e nos segundos, é sempre possível, mas requer a provisão de alguns elementos faltantes. Estes são o conhecimento técnico moderno, capital, um potencial humano adestrado e a existência de um plano adequado para o emprego desses recursos.

As prescrições para alcançar o desenvolvimento econômico resultam, diretamente, deste diagnóstico. Se se obtém a assistência técnica do exterior, se se aumentam as disponibilidades de capital, fomentando a poupança interna e obtendo-se recursos financeiros no estrangeiro, e se se procura elevar o nível técnico do pessoal, portanto, se está criando condições para o desenvolvimento econômico necessário.

Entretanto, estas prerrogativas dificilmente são obtidas com a regularidade e eficiência indispensáveis, se não se as enquadram dentro de um planejamento global de desenvolvimento econômico. Acreditamos que estes são os principais motivos que levaram o Governo brasileiro a instituir o Ministério do Planejamento de que, dentre os inúmeros trabalhos, estamos agora realçando o Plano Nacional de Desenvolvimento para o triênio 1972-74.

Nôvo Entendimento do Problema

O Planejamento econômico é matéria para nós da maior relevância. Esta coluna, desde seu início, dedica ao tema atenção tôda especial. Já tratamos sumariamente das divergências ainda existentes em nosso meio sôbre a necessidade do planejamento. Em outras oportunidades focalizamos as questões que melhor justificam a elaboração de um plano global de desenvolvimento econômico.

Capital e técnica são os elementos que faltam às economias subdesenvolvidas e, por conseguinte, os fatores que dificultam o processo de desenvolvimento econômico e social. Deve partir dessas premissas, falta de capital e de técnica — a motivação básica do planejamento.

Aliás, nisso se inspiram todos os planos de desenvolvimento, tanto nas economias de livre empresa, como nas socialistas. É, sem dúvida, essa unidade de interesse, defendida pelo planejamento em diferentes sistemas econômico-sociais, motivo de suspeita naqueles meios mais conservadores de uma sociedade capitalista, quanto às reais intenções democráticas da planificação econômica e social.

Felizmente, essas suspeitas já foram afastadas em nosso País, pela experiência do planejamento democrático em várias outras economias. Foi desfeita, portanto, a tese da incompatibilidade do planejamento do desenvolvimento econômico nacional com a propriedade privada dos meios de produção, porque o que se procura é estabelecer um programa de inversões para o conjunto da economia, indicando os melhores meios de utilizar os escassos recursos de capital de um país em processo de desenvolvimento para a obtenção de um adequado ritmo de expansão econômica.

Entretanto, há que considerar, nesse amplo convite às inversões necessárias, a decisão de investir do capitalista privado, problema inexistente na planificação socialista. Por isso, o planejamento democrático é, acima de tudo, um apêlo à compreensão da premissa formulada pelo Prof. da

Harvard University, Sr. John Kenneth Galbraith, de que “todo sistema que favorece às minorias, seja econômica ou politicamente, é incompatível com o desenvolvimento econômico.” Exemplificando, adianta que nenhum técnico em agricultura, por mais renomado ou eloquente que seja, poderá convencer o trabalhador rural a obter maiores colheitas se este, em princípio, sabe que o resultado do seu esforço só irá beneficiar o proprietário da terra em que trabalha. O Brasil, há alguns anos, vem mostrando perfeito entendimento daquela premissa galbraithiana.

TABELA II

Perspectivas da Economia Brasileira

Magnitudes Globais	1970	1974	Aumento no Período %
Produto Interno Bruto (PIB) (Cr\$ Milhões de 1972) *	222.857	314.581	41
População (1 000 pessoas)	93.204	104.130	12
PIB Per Capita (Cr\$ de 1972) ** ...	2.391	3.021	26
Produto Industrial (Cr\$ Milhões de 1972)	53.384	78.160	46
Investimento Bruto Fixo (Cr\$ Milhões de 1972)	37.885	59.770	58
Taxa de Investimento Bruto Fixo (%)	17	19	—
Consumo Global (Cr\$ Milhões de 1972)	185.015	251.224	36
População Economicamente Ativa (1 000 Pessoas)	29.195	32.987	13

* Não foram considerados os valores da nova revisão das Contas Nacionais que a F.G.V. acaba de realizar.

** Tomando-se simplesmente a taxa de câmbio corrente, o PIB, em 1974, estaria na ordem de US\$ 53,7 bilhões, e a renda *per capita* de US\$ 516. Já segundo a estimativa do IPEA, com métodos mais refinados e a partir de estudo anterior realizado pela ONU, os valores seriam: US\$ 62,3 bilhões para o PIB e US\$ 598 para a renda *per capita*.

1974: Dimensões da Economia Brasileira.

E. Cezar de Carvalho

(*Jornal do Commercio*, 20 de setembro de 1971.)

A OPÇÃO BRASILEIRA

O Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, segundo o ministro do Planejamento, fundamenta-se na aliança entre o governo e a iniciativa privada, opção brasileira resultante das experiências dos governos revolucionários, levando em conta sobretudo a realidade nacional. Espera o poder público, acentuou o Sr. João Paulo dos Reis Velloso, uma resposta da empresa privada ao esforço que vem sendo desenvolvido para que o País adquira maior poder de competição.

A aliança já existe, está funcionando na prática e é irreversível. Ela começou, a bem dizer, com a preparação da Revolução, pois esta, como é de todos sabido, contou, para a sua deflagração, com a participação decidida do empresariado, que se expôs de tôdas as formas para ajudar a libertar o Brasil do caos econômico-financeiro para onde era arrastado pela demagogia desenfreada do governo, de dentro para fora, de cima para baixo, com o palácio presidencial transformado em sede da subversão e da anarquia. No que toca à resposta da iniciativa privada, aos estímulos oficiais, esta vem sendo dada exemplarmente, e aí estão os resultados da política de exportações, a integração da iniciativa particular em todos os projetos de desenvolvimento, seja na área dos incentivos fiscais — SUDENE, SUDAM, SUDEPE —, seja na aplicação de investimentos em diferentes setores da economia, concorrendo para o crescimento do Produto Nacional Bruto.

Não temos dúvida em afirmar, em face das declarações do titular da Pasta do Planejamento, que o governo confia, de antemão, na resposta positiva do nosso homem de empresa, pôsto que êle já vem correspondendo plenamente às diretrizes globais emanadas do Palácio do Planalto.

É a oportunidade propícia, todavia, para a iniciativa privada reiterar suas sugestões ao governo, formalizadas em memoriais que as entidades competentes têm enviado às autoridades monetárias, concernentes ao maior respaldo que esperam dos órgãos governamentais especializados,

objetivando a simplificação de determinados procedimentos e, em especial, a redução dos expedientes burocráticos, que retardam, quando não prejudicam, tentativas dos exportadores nacionais.

Está na hora, igualmente, de serem atendidas reivindicações das classes produtoras no tocante a alterações legislativas que se fazem necessárias ao fortalecimento de sua posição na competição internacional.

(Gazeta Mercantil, 21 de setembro de 1971.)

O GRANDE SALTO

O ministro Reis Velloso realizou obra notável na elaboração da Mensagem que o presidente Médici acaba de enviar ao Congresso, com o Plano Nacional de Desenvolvimento. É um documento compacto, de apenas 60 páginas, mas de uma solidez visível, pelas cifras em que se apóia e pelas projeções apresentadas.

Já antes, havia elaborado um documento capaz de impressionar aos economistas que foi o Orçamento Plurianual, comentado, há dias, nesta coluna. Agora, apresentou à nação e aos seus representantes no Congresso um plano global sôbre o qual se deverá pautar a política econômica do govêrno, até 1974.

Não é mero programa traçado sôbre dados estatísticos, nem sempre muito seguros, nem uma cópia ou adaptação de planos idênticos de países estrangeiros, como se fazia no passado. É obra eminentemente brasileira, que segue caminho próprio, em busca do desenvolvimento. Resulta da experiência dos três governos revolucionários, que se têm sucedido no poder, desde 1964.

Está formulado com grandeza, pois abre larga estrada para um país que toma consciência da sua posição na América e no mundo. Somos, é bem verdade, uma nação ainda em vias de desenvolvimento. Mas, como temos extensão continental, apresentamos estágios de crescimento bastante variados, de vez que o Brasil, se possui, no Centro-Sul, uma região que já se pode classificar como desenvolvida, dada a renda *per capita* bastante elevada, possuímos regiões que se arrastam na luta contra a pobreza, batida por condições climáticas desfavoráveis, como o Nordeste, e regiões ainda por conquistar, que teremos de tirar da selva a fim de transformá-las em um lar para uma população que cresce a uma das taxas mais elevadas da terra.

É este fator que tanto é favorável quanto desfavorável. Favorável quando sabemos que precisamos de gente para a colonização da Amazônia, que ocupa quase metade do território nacional. Desfavorável pela

contingência de ocupar a mão-de-obra nova que é lançada, constantemente, ao mercado de trabalho, em um país cuja população cresce à razão de cerca de um milhão de almas por ano. Em 1973 o Brasil já deverá contar com cem milhões de habitantes.

Hoje, porém, com o avanço da técnica que tudo nos pode proporcionar, não basta ter braços à disposição. É mister possuir, sobretudo, a mão-de-obra especializada, capaz de movimentar as usinas que já construímos e temos de construir, e as máquinas que deverão ser usadas em todos os ramos de atividade.

O Plano Nacional de Desenvolvimento trata desta face do problema brasileiro com especial cuidado. Não esquece que o alvo é o homem, e prevê a sua formação no sentido de, pela educação, tanto das gerações novas quanto dos adultos, dar à indústria e à agricultura técnicas e operários capazes de realizar a missão que a História está a exigir do Brasil. Somente através do "Mobral" a população adulta analfabeta deverá estar reduzida, até 1974, de dois milhões de almas.

Para aquele plano de conquista de todo o território nacional, com a finalidade de conseguir-se o desenvolvimento equilibrado de todo o País, foi dado especial destaque aos programas setoriais, de sorte a inverter o Governo federal, no Nordeste e na Amazônia, através dos instrumentos já criados (Sudene, Sudam, Proterra e Fundos de Participação) cerca de 800 milhões de dólares, ou seja, quantia superior ao conjunto da ajuda externa a toda a América Latina, até 1960.

O Plano Nacional de Desenvolvimento traça o programa que a nação deverá executar, por iniciativa do governo federal ou por incentivo à empresa privada, nos mais diversos setores, como energia elétrica, siderurgia, petroquímica, construção naval e de veículos, de sorte a têmos duplicado ou triplicado tudo o que a revolução encontrou em 1964.

O índice do desenvolvimento é o aumento do Produto Nacional Bruto. Adequado, logo depois da guerra, caiu êle, em virtude da ação deletéria dos governos que antecederam a revolução, a níveis tão baixos que não cobriam a taxa de crescimento da população. Nos últimos anos, elevou-se, porém, a 9% ao ano, cifra que despertou a admiração dos economistas do mundo. Pois uma taxa de 8 a 10% está prevista para os próximos anos, o que deverá elevar a renda *per capita* dos brasileiros a 500 dólares.

Este enriquecimento trará, naturalmente, grandes transformações sociais, colocando o Brasil na primeira linha das nações não somente da

América, mas da terra. E — o que é importante no atual período de evolução política do mundo — êsse progresso deverá ser conseguido com estabilidade política e dentro do regime democrático.

Existem, assim, tôdas as pré-condições para que o Brasil decole, econômica e socialmente, dando o grande salto que o situará entre as potências desenvolvidas da terra.

Theophilo de Andrade

(*O Jornal e Correio Brasiliense*, 21 e 23 de setembro de 1971.)

AS PEÇAS DO MODELO ECONÔMICO

Com a precisão exigida numa linha de montagem, o Poder Legislativo acaba de receber a peça que faltava para conhecer o modelo econômico brasileiro. Na semana passada, o chefe da Casa Civil da Presidência da República, João Leitão de Abreu, acompanhado do ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, entregou ao presidente do Congresso, senador Petrônio Portela, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972/74.

Este documento, como esclarece a mensagem do Presidente Emílio Garrastazu Médici, que o acompanha, procura definir a estratégia capaz de construir no País uma sociedade desenvolvida, dentro de uma economia moderna, competitiva e dinâmica, com um setor público eficiente e estruturas empresariais sólidas, tecnológica e financeiramente. Além disso, estabelece bases para efetivar a integração nacional, pelo desenvolvimento do Nordeste e conquista da Amazônia, “a fim de que o País possa valer-se, convenientemente, de seus recursos humanos e da sua dimensão continental”. E, finalmente, traça as linhas para a integração social. Para tanto, haverá grandes programas de investimentos, de modo que em termos de crescimento econômico o Brasil possa se manter na lista dos dez países de maior nível global do Produto Interno Bruto (PIB), no mundo ocidental, e superar a barreira dos 500 dólares de renda *per capita*, em 1974.

Conjunto — Apesar da sua amplitude e complexidade, o I PND é extremamente sintético. Reis Velloso explica que não houve necessidade de ser detalhado porque êle se completa com outros dois documentos já encaminhados ao Congresso: o orçamento plurianual de investimentos para 1972/74 e o orçamento de 1972. E todos êles deverão ser votados pelos parlamentares até 30 de novembro, quando se encerra o atual período de sessões. O Ministro afirmou, também, que tanto o PND como o orçamento plurianual terão um processo de execução dinâmico e fle-

Investimentos no período 72/74

(Cr\$ milhões de 1972)

Educação	31 200	Transportes	20 100
Saúde- saneamento	15 200	Comunicações	3 120
Desenvolvimento científico e tecnológico	1 750	Desenvolvimento industrial	30 400
Agricultura- Abastecimento	15 600	Mineração	3 690
Energia	24 400	Habitação	17 500
		Integração Nacional	10 550
		Integração Social	5 730

xível. Poderão ser atualizados através de um sistema de acompanhamento para verificar o que está sendo feito na prática e como está sendo feito.

Ainda segundo Reis Velloso, houve três preocupações principais na elaboração do PND: 1 — com os mecanismos financeiros, para criar estruturas comerciais sólidas, empresas capazes de competir dentro e fora do País e em condições de receber novas tecnologias e novos métodos de *management*, além de dotá-las com boa sustentação financeira, inclusive créditos a longo prazo; 2 — com a integração social, que, como diz o ministro, “não se esgota no Programa de Integração Social”; e 3 — com a integração nacional, “fazendo o Brasil utilizar, racionalmente, seu grande espaço geográfico”.

Na Política de Integração Nacional o PND prevê a participação dos Estados mais desenvolvidos da região centro-sul, citando nominalmente São Paulo, apoiando o governo no “esforço aplicado no Nordeste e na Amazônia, até mediante cooperação financeira por intermédio dos bancos oficiais daqueles Estados”.

O Secretário do Planejamento de São Paulo, Miguel Colasuonno, entende que a participação dos bancos oficiais de seu Estado poderia vir sob a forma de investimentos complementares para os setores industriais e agrícolas, aumentando, assim, os volumes de recursos à disposição do Nordeste e da Amazônia. Para o secretário paulista esta convocação para São Paulo colaborar na integração nacional é tão justificada quanto a necessidade de a classe política participar dos debates em torno do PND. “Isto porque o parlamentar deve ter espírito executivo da mesma forma que o executivo deve ter espírito político”, comenta êle. “Portanto, o modelo de desenvolvimento econômico de uma sociedade aberta não pode prescindir de ninguém.”

(Revista *Veja*, “Coluna Economia e Negócios”, 22 de setembro de 1971.)

CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO

O I Plano Nacional de Desenvolvimento, trazendo no seu bôjo as concepções e meios para consolidar uma economia moderna, pretende, até 1974, alcançar a estabilidade de preços e atingir um Produto Interno Bruto da ordem de US\$ 54 bilhões (Cr\$ 315 bilhões), com o que o Brasil se colocará em oitavo lugar no mundo entre os países de maior pêsô.

A inflação, ao término do atual mandato presidencial, deverá situar-se na casa dos 10%, uma vez que a partir de agora será mantido o processo de redução de sua velocidade, mantendo-se em declínio numa média de 3% ao ano.

Depois do Orçamento Plurianual e da proposta orçamentária para o exercício de 1972, entramos numa fase em que já se pode realizar programadamente a aplicação de recursos, sem correremos o risco de sofrer atropelos pela falta de previsão.

Não vamos aqui entrar em análise mais pormenorizada do Plano, mesmo porque pretendemos voltar a examiná-lo em oportunidades seguintes. Cumpre salientar, entretanto, em primeiro lugar, que é uma Carta de intenções ambiciosas. Enquanto crescemos no período 1966-69 a uma taxa média anual de 7,4%, o PND que hoje se encontra no Congresso Nacional para apreciação prevê um crescimento do PIB numa média anual de 8-10%.

Importante no exame dessa fórmula de crescimento previsto pelos técnicos elaboradores do Plano é a estimativa de uma expansão maior dos investimentos, em comparação com o aumento do consumo: entre 1970 e 1974 o PIB deverá crescer de 41%; o consumo global de 36%; e os investimentos brutos fixos em 58%. Deve-se lembrar aqui que, no consumo global, está incluído não apenas o consumo dos particulares como também, o dos poderes públicos.

Com relação a 1970 — e a preços constantes — o PIB *per capita* deverá elevar-se de 26%, atingindo US\$ 516 (Cr\$ 2 833) a US\$ 598

(Cr\$ 3 289) em 1974. Esse desenvolvimento, porém, procurará ser qualitativo, acompanhando-se de uma política de redistribuição social e regional de renda, com um programa equivalente a US\$ 800 milhões (Cr\$ 4 400 milhões) por ano, durante a vigência do PND.

Capacidade Competitiva

Um dos aspectos da ação programada se volta para a exportação de produtos manufaturados e os tradicionais, a fim de que o País possa se aproveitar do aumento do comércio mundial. A modernização da empresa brasileira, de forma que venha a adquirir capacidade competitiva frente à estrangeira, é encarada com tóda a seriedade que o problema comporta.

A implementação à capacidade de exportar, a fim de que se torne menos oneroso o processo da acumulação de capital e maior a nossa capacidade interna de investimentos; a ampliação da fronteira econômica interna, com a reativação da estrutura econômica do Nordeste; a efetiva mobilização dos recursos físicos da Amazônia e sua ocupação e a consolidação do desenvolvimento já alcançado pelo Centro-Sul, são alguns dos pontos em que o PND se consubstancia como estratégia propulsora do progresso nacional.

Outros pontos a destacar na montagem da estratégia do nosso desenvolvimento: expansão dos investimentos governamentais; incremento da prosperidade social, pela criação de mecanismos de repartição da renda; fortalecimento das unidades de produção, através de fusões e incorporações; e maior atenção ao desenvolvimento da adaptação, produção e consumo de tecnologia e à melhor capacitação dos recursos humanos disponíveis no País.

O Plano atribui papel igualmente preponderante ao equilíbrio entre a União e os Estados, em termos de um “federalismo cooperativo” orientado pelas exigências da integração nacional. O esquema atribui à União a tarefa de definir prioridades nacionais, transferindo aos Estados a execução de obras de sentido local ou regional, evitando-se a superposição ou paralelismo de projetos, que leva à dispersão de recursos.

Educação e Mão-de-Obra

O PND não se volta especificamente para o desenvolvimento econômico de forma isolada, mas também para o aperfeiçoamento do homem,

através do sistema educacional, oferecendo aos que ainda se encontram na escuridão da ignorância, o instrumento indispensável da alfabetização, proporcionando aos que antes terminavam seus estudos na escola primária a educação secundária do primeiro ciclo de forma interligada.

Os que alcançarem a Universidade terão, por seu turno, os cursos de pós-graduação, complementando os estudos superiores, e a pesquisa científica, ligada ao progresso tecnológico, tomará um notável impulso. O programa de mão-de-obra é indispensável à aceleração industrial que vai reclamar especialização e técnica avançadas. Por outro lado, não seria possível preparar gente para as tarefas especializadas sem reduzir a taxa de analfabetismo, meta primeira para o desenvolvimento.

João Muniz de Souza

(Jornal do Brasil, 26 de setembro de 1971.)